

ATA DA 15ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ - CONERH

Aos 17 dias do mês de agosto do ano de 1999, foi realizada no auditório da Secretaria do Planejamento e Coordenação-SEPLAN, em Fortaleza a 15ª. Reunião Extraordinária do CONERH, tendo como principal finalidade, dar posse aos novos conselheiros, juntamente com seus suplentes por um período de dois anos. O Secretário Executivo do CONERH, Dr. Antonio Martins da Costa, verificou que havia quorum qualificado e passou a palavra ao presidente do CONERH, Dr. Hypérides Pereira de Macêdo, para fazer a abertura dos trabalhos, o qual iniciou saudando os novos conselheiros que foram nomeados por decreto governamental pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e também pedindo-lhes que tomassem assento à mesa do Conselho, entre eles; Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira – Procuradoria Geral do Estado, Dr. José Newton Mamede Aguiar – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Dr. Wellington Feijó – Secretaria do Trabalho e Ação Social, Dr. Francisco de Assis de Souza Filho – Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Dr. Antônio Nunes de Miranda – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Dr. Ernesto da Silva Pitombeira – Universidade Federal do Ceará, Dra. Tereza Mônica Elpídio de Carvalho – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Dr. Raimundo Weber de Araújo – Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará, Dra. Mônica Clark Nunes Cavalcante – Secretaria do Planejamento e Coordenação, Dra. Lúcia de Fátima Pereira Araújo – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Dep. Osmar Baquit – Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Dr. Humberto Bezerra Araújo – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Dr. Marcílio Henrique Montenegro da Rocha – Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicação e Obras, Dr. Antonio Martins da Costa – Secretário Executivo/SRH e Alexandre Aguiar Maia – Assessor Jurídico/SRH, os titulares não presentes poderão ser substituídos pelos seus suplentes. Neste momento o presidente deu posse ao Conselho e em seguida deu início a discussão do 3º. item; que é a leitura e a votação da ata da reunião anterior, como foi remetida cópia da referida ata com antecedência aos conselheiros o presidente indagou se era necessário uma nova leitura e se havia alguma observação a fazer; a ata foi aprovada

sem discussão ou observação. O item seguinte foi a apresentação do relatório da situação dos recursos hídricos e a proposta de operação dos reservatórios para o 2º semestre. O Dr. Viana iniciou ressaltando que atualmente a COGERH monitora 107 maiores açudes do Estado do Ceará, que representam 90% das águas, isto é, um volume da ordem de 10.7 bilhões de metros cúbicos de água, perenizando aproximadamente 2.000 Km de leitos de rios, onde tudo isso é possível em virtude da operação integrada das 14 maiores Barragens, nos últimos dois anos. O Plano de Recursos Hídricos contempla a administração de 11 bacias, sendo que cinco delas é o desdobramento da grande bacia do rio Jaguaribe, onde temos o Alto Jaguaribe, região dos Inhamuns, considerada a mais seca do estado, o rio Salgado na região do Cariri com maior potencial hídrico, o Médio Jaguaribe e Banabuiu que pega grande parte do Sertão Central do Ceará e o Baixo Jaguaribe, na foz do rio Jaguaribe. A Bacia Metropolitana é composta de quatorze rios pequenos e médios, tendo como características a não existência de rios de grande porte e muita concentração populacional urbana, visto que abrange um total de trinta e um municípios, concentrando mais de 90% da atividade industrial. Apesar de não ser uma atividade de grande consumo de água, ela tem crescido muito, gerando assim uma exigência de garantia de água expressiva. Vale ressaltar, que existe uma hierarquização de usos, priorizando o abastecimento humano, atividades comerciais e industriais em relação as outras atividades, agricultura, produção de energia, etc, diante do exposto, podemos considerar que esta bacia se caracteriza como importadora de água. O açude Orós conta atualmente com 45% de sua capacidade, “liberando nesta primeira quinzena de agosto, 15 mil litros por segundo, chegando para abastecer Fortaleza, apenas 3 mil litros. O Diretor de Planejamento da COGERH, Dr. Joaquim Gondim, explicou que a água liberada do Orós para Fortaleza tem um custo muito grande e que está sendo pago com o custeio da SRH, ressaltando que esta conta deveria ser paga pela CAGECE. Dr. Hypérides Macêdo interveio lembrando que com o aumento de 5% na tarifa de água tratada, pagaria este custo e afirmou que somente este ano houve um aumento de 30% na tarifa de água tratada, chamou atenção dos conselheiros para que fosse discutido este assunto com prioridade, prossequindo, mencionou a importância do conselho quando aprovou o Decreto regulamentando a desapropriação das terras

para a construção dos açudes e conseqüentemente, tornando estes de utilidade pública. Fez também referência ao grupo de trabalho dirigido pelo Dr. Martins, para reforma da nossa Legislação de Recursos Hídricos, adaptando à Lei Federal e incluindo a participação dos Comitês de Bacias neste Conselho, contribuindo para o aprimoramento do processo democrático da política de água. Falou ainda, que este ano será de grandes decisões, onde deverá ser consolidada a organização das bacias e será inaugurado, no Canal do Trabalhador, a primeira cobrança da tarifa de água rural. Quanto a Bacia do Curu, esta está com sua capacidade praticamente esgotada, o maior objetivo agora é gerir e integrar essa bacia a outro complexo, ou seja, a bacia do Acarau e Jaguaribe. A Bacia do Coreaú que apesar de ser pouco explorada do ponto de vista da produção de água, recentemente foram inaugurados dois açudes, Angicos e Gangorra. Finalmente, a única Bacia Federal que nós temos, no Ceará, é a Bacia afluyente do Rio Poti e conseqüentemente, do rio Parnaíba no Piauí. Todas as outras bacias têm como característica base, o fato de nascer e terminar dentro do Estado do Ceará, sendo portanto, as águas do domínio do Estado. O Dr. Ernesto da Silva Pitombeira é representante da UFC, manifestou a satisfação de participar do conselho, ressaltando que as suas decisões só teriam efeito desejado se fossem discutido amplamente dentro do Comitê com as comunidades, também ressaltou a necessidade de se criar um programa de educação de base que trate dos recursos hídricos mesmo que os seus resultados sejam obtidos a longo prazo, sugeriu ao conselho a inclusão de um membro da Associação Brasileira de Água Subterrânea. O Dr. Martins pediu a palavra para informar que nesta semana foi feita uma reunião com o subsecretário de educação, onde foi tratado a realização de um programa de capacitação para professores de educação em recursos hídricos e meio ambiente, objetivando transmitir para os alunos toda temática dos recursos hídricos. Aproveitou a oportunidade para esclarecer que o decreto de desapropriação das terras para construção dos açudes, veio corrigir uma série de distorções, como a construção de qualquer obra hídrica, do ponto de vista hidrológico e a viabilidade de ser feito naquele local e que seja de domínio público, atendendo a toda comunidade. Criticou as Prefeituras que ainda hoje fazem açudes e obras hídricas com recursos federais sem licença e sem projeto em área particular com termo de servidão pública ou doada,

referida apenas às terras de onde se situa a parede, criando conflitos de uso de água com a comunidade; tudo isso poderia ser evitado se os prefeitos procurassem tirar licença e apresentassem os projetos a Secretaria dos Recursos Hídricos. O Dr. Wellington Feijó, representante da Secretaria do Trabalho e Ação Social, pediu a COGERH que apresentasse na próxima reunião do Conselho o demonstrativo financeiro dos custos de bombeamento e de transferência de água para Fortaleza, para que possamos discutir com a CAGECE, SAAE e outras instituições envolvidas para encontrar uma forma de diluir as responsabilidades financeiras. O presidente da COGERH explicou que a transferência de água não podia ser somente no ano de seca, “nós precisamos importar água fazendo esse bombeamento todo ano”, solicitou ao Dr. Joaquim que apresentasse sua idéia que era informar ao consumidor final quanto ele estava pagando pela água bruta, Dr. Joaquim enfatizou que no momento em que o usuário final tome conhecimento de quanto está pagando pela água bruta, automaticamente este criará um sentimento do real valor do referido líquido. O Sr. José Sarto, presidente do Comitê do Médio Jaguaribe, pediu a palavra e denunciou que projetos federais e estaduais como o de Paraipaba e Lima Campos tiveram um desperdício de água por falta de um trabalho junto a população e que era necessário mudar esta situação dando ao homem do campo condições de poder usar bem a água economizando para o futuro. Em seguida falou o Sr. Raimundo José Félix, presidente do Comitê do Baixo Jaguaribe, alertando que as taxas pelo uso de água deveriam ser diferenciadas e que todos devem pagar mas é preciso que haja um planejamento eficiente identificando quem pode pagar mais e quem pode pagar menos. Ao mesmo tempo solicitou informação do presidente do CONERH do andamento do projeto de transposição de água do Rio Jaguaribe até o município de Icapuí, o Presidente explicou que estava viajando na próxima semana para Brasília, representando o Nordeste, levando vários projetos inclusive o de Icapuí que já foi aprovado pelo Banco Mundial. Dr. João Marcos Maia, representante da SEPLAN, elogiou o trabalho de educação já iniciado e lembrou que poderia ser usado o canal da TV Cultura, pertencente ao Governo do Estado, com programas que viessem sensibilizar a população a usar bem a água. Também lembrou que poderíamos utilizar alíquotas progressivas, isto é, quanto maior o consumo maior a tarifa, como forma de estimular o

uso adequado e racional deste precioso líquido. O Dr. Vicente de Paula Vieira, representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, fez registro que em 1979, um grupo de técnicos em hidrologia no Ceará sugeriu naquela época às autoridades do Estado do Ceará a criação do Conselho de Recursos Hídricos e hoje se sente muito feliz ver funcionando este Conselho. Aproveitou a oportunidade para fazer a doação ao acervo bibliográfico do CONERH, entregando ao seu presidente o livro (Águas doce no Brasil, capital ecológico, uso e conservação), e sugeriu que os técnicos do Ceará poderiam escrever um livro semelhante, onde abordassem os aspectos relacionados com água doce no Estado. Citou, como de grande valia, o Plano de Capacitação de Recursos Hídricos lançado pela SRH, e sugeriu a criação de um curso de graduação em engenharia de recursos hídricos, aqui no Ceará. Sr. Raimundo Weber de Araújo, representante da APRECE, indagou ao Dr. Viana se existia condições de aumentar a vazão do Rio Jaguaribe para o riacho Araibú beneficiando os municípios de Russas, Jaguaruana. Dr. Viana explicou que a área não estava contemplada, mas ainda este ano poderia ser considerada para utilização no próximo ano. Não tendo mais nada a tratar o presidente do CONERH deu como encerrada a reunião e ao mesmo tempo agradeceu aos presentes reforçando a inclusão, num futuro próximo, dos Comitês de Bacias no CONERH. Eu Antônio Martins da Costa, Secretário Executivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos. Fortaleza, 17 de agosto de 1999.

HYPÉRIDES PEREIRA DE MACÊDO

BENEDITO FERREIRA DE OLIVEIRA

MARIA LÚCIA DE CASTRO TEIXEIRA

JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO

JOSÉ NEWTON MAMEDE AGUIAR

JOSÉ BERLAN SILVA CABRAL

WELLINGTON FEIJÓ

TEREZA ANGELICA PINHEIRO MAIA

FRANCISCO DE ASSIS DE S. FILHO

VICENTE DE PAULA BARBOSA P. VIEIRA

ANTÔNIO NUNES DE MIRANDA

MARIA IZELDA ROCHA ALMEIDA

ERNESTO DA SILVA PITOMBEIRA

MARCOS AURÉLIO HOLANDA DE CASTRO

TEREZA MÔNICA E. DE CARVALHO

ANTÔNIO HARILDES OLIVEIRA MARTINS

RAIMUNDO WEBER DE ARAÚJO

FRANCISCO JÚNIOR LOPES TAVARES

MÔNICA CLARK NUNES CAVALCANTE

JOÃO MARCOS MAIA

LÚCIA DE FÁTIMA PEREIRA ARAÚJO

MAGDA MARIA MARINHO ALMEIDA

OSMAR BAQUIT

ANTÔNIO GRANJA

HUMBERTO BEZERRA ARAÚJO

PAULO DA ROCHA PORTELA

MARCÍLIO HENRIQUE M. DA ROCHA

ADÃO LINHARES MUNIZ

ANTÔNIO MARTINS DA COSTA

VÂNIA MARIA SIMÕES R. TEIXEIRA

ALEXANDRE AGUIAR MAIA

JOSÉ BOMFIM FROTA SILVEIRA
